

RECURSO HEURÍSTICO EM JOHN RAWLS: UMA JUSTIFICAÇÃO PARA UMA TEORIA POLÍTICA

Benedito Sullivan Lopes*

RESUMO: O presente artigo traz um estudo sobre o que o filósofo estadunidense John Rawls chamou de Recurso Heurístico. Pretendemos mostrar que o professor de Harvard usa esse termo em dois momentos na sua Teoria da Justiça como Equidade. O primeiro é quando se refere à Posição Original. O segundo momento em que John Rawls usa a expressão Recurso Heurístico diz respeito ao que ele chamou de Princípio *Maximin* (maximizar o mínimo). Nesse sentido, este artigo pretende lançar luz sobre o significado do termo Recurso Heurístico na Filosofia de John Rawls. Para tanto, demonstraremos em que sentido Rawls utiliza esse conceito, bem como as origens de tal recurso, que defendemos estarem associadas ao pensamento de Immanuel Kant. Desse modo, apresentaremos como o pensamento de Kant desempenhou um papel fundamental na formulação da teoria de John Rawls, mas antes mostrando como se desenvolve a concepção do recurso heurístico no pensamento de outros filósofos como Lakatos, Mach, e Vaihinger.

Palavras-chave: Heurística. Posição Original. Princípio Maximin.

ABSTRACT: This article presents a study on what the American philosopher John Rawls called Heuristic Resource. We intend to show that the Harvard's professor uses this term in two moments in his Theory of Justice as Equity. The first is when it refers to the Original Position. The second moment when John Rawls uses the expression Heuristic Resource refers to what he called the Maximin Principle (maximize the minimum). In this direction, this article intends to shed light on the meaning of the term Heuristic Resource in the Philosophy of John Rawls. In order to do so, we will demonstrate in what direction Rawls uses this concept, as well as the origins of such a resource, which we defend to be associated with the Immanuel Kant thought. In this way, we will present how Kant's thought played a fundamental role in formulating John Rawls's theory, but rather showing how the conception of the heuristic resource in the thought of other philosophers such as Lakatos, Mach, and Vaihinger develops.

Keywords: Heuristics. Original Position. Maximin Principle.

1 – Heurística e Método Heurístico

A palavra heurística deriva do greco *heurisko*, que significa descobrir ou encontrar. A Heurística está relacionada tanto à filosofia (em uma parte da epistemologia), quanto ao método científico. A palavra heurística aparece em mais de

1 Professor de filosofia do Instituto Federal do Piauí – IFPI; Doutorando em Ética e Filosofia Política pela PUC-PR; e-mail – bensullivan@gmail.com

uma categoria gramatical. Quando usada como substantivo, identifica a arte ou a ciência do descobrimento, ou seja, uma disciplina suscetível de ser investigada formalmente. Quando aparece como adjetivo, refere-se às coisas mais concretas, como estratégias heurísticas, regras heurísticas ou silogismos e conclusões heurísticas.

Outra característica da heurística é que, embora o seu uso metodológico esteja intimamente ligado ao caminho para se chegar ao descobrimento de algo, um método heurístico, seja ele filosófico ou científico, remete a uma ideia de resolução de um problema através de meios rápidos, concretos e genéricos, possibilitando inovações e descobertas. Estas descobertas são feitas de forma intuitiva e baseadas nas circunstâncias, gerando um novo conhecimento, muitas vezes através de tentativa e erro. É por esse motivo que os métodos heurísticos são acusados de não seguirem um caminho claro e concreto. Desse modo, pode-se dizer que a heurística é uma parte do método científico-filosófico que visa o descobrimento por si mesmo de uma verdade. Esse método serve para resolver problemas e obter uma solução satisfatória, muito embora, às vezes, essa solução não seja rigorosa. Ainda assim, os métodos heurísticos englobam estratégias, procedimentos e métodos de aproximação tentativa/erro, sempre na procura da melhor forma de se chegar a um determinado fim, seja um problema científico, seja um problema filosófico.

Percebemos que existe uma aproximação entre Ciência e Filosofia através do uso do recurso heurístico. Esse aspecto é perceptível no pensamento de alguns autores que tratam sobre métodos de pesquisa que tem como pano de fundo o uso de recursos heurísticos, tal como Lakatos, por exemplo. Segundo Imre Lakatos (1922-1974), o avanço do conhecimento científico consiste na permanente substituição de Programas de Investigação Científica Regressivos por Programas de Investigação Progressivos e, de forma subjacente, da constante substituição de hipóteses.

Lakatos defende, como lógica de pesquisa científica, o que ele chama de “falsacionismo metodológico de base evolutiva, aonde sobrevivem as teorias mais aptas, aquelas que apresentam excesso de conteúdo corroborado em relação às teorias anteriores e que antecipam fatos novos”². Pode-se dizer que isso define, para Lakatos, a demarcação entre teorias científicas e não científicas. Dentro das teorias científicas, distinguem-se as “teorias passivas (originadas da observação, como no empirismo clássico) e as teorias ativas (que pressupõem atividade mental). O conhecimento

2 MOREIRA, M. A.; MASSONI, N. T.; Epistemologias do século XX, p. 21.

autêntico está associado às teorias ativas e na ideia de que conforme cresce a ciência diminui o poder da evidência empírica”³. Esse último ponto parece ser um elo de concordância entre vários outros pensadores da ciência além de Lakatos, tais como Popper e Kuhn. Para os três filósofos, o conhecimento é construído e não descoberto.

Ainda conforme Lakatos, “a metodologia dos programas de pesquisa científica não oferece uma racionalidade instantânea”⁴. Esse é um dos pontos de discordância entre Lakatos e Popper, pois o primeiro entende que a falsificação por si só não se sustenta, pois não há falsificação sem emergência de uma nova teoria que ofereça alguma informação nova quando comparada a sua antecessora.

Nesse sentido, para os objetivos de nossa pesquisa, nos voltaremos para o que Lakatos entende por heurística. Para o filósofo, um Programa de Pesquisa consiste em regras metodológicas, algumas das quais nos dizem quais rotas devemos seguir na pesquisa científica (heurística positiva) e outras nos dizem quais caminhos devem ser evitados (heurística negativa). Desse modo, a “ciência, como um todo, pode ser considerada um imenso Programa de Investigação baseado em conjecturas que devem ter mais conteúdo empírico do que suas antecessoras”⁵. Para que isso ocorra, Lakatos concebe dois modos de se fazer ciência: a heurística negativa, que protege o núcleo firme do Programa de Investigação, e a heurística positiva, que expande o cinturão protetor. O núcleo firme é a característica que define o programa científico bem estruturado. Sobre tal aspecto, Lakatos afirma que

A heurística negativa do programa impede que apliquemos o ‘modus tollens’ a este <núcleo firme>. Pelo contrário, devemos utilizar nossa inteligência para incorporar e inclusive inventar hipóteses auxiliares que formem um cinturão protetor em torno do centro, e contra elas dirigir o ‘modus tollens’. O cinturão protetor de hipóteses auxiliares deve receber os impactos das contrastações e para defender o núcleo firme, será ajustado e reajustado e inclusive completamente substituído. Um programa de investigação tem êxito se ele conduz a uma mudança progressiva da problemática; e fracassa se conduz a uma mudança regressiva.⁶

Por sua vez, a heurística positiva estabelece um programa com uma sequência de modelos cada vez mais complicados que simulam a realidade e cuja ordem é preconcebida através de um plano decidido no gabinete do cientista teórico. Pode ser

3 Ibid., p. 21.

4 LAKATOS I., *Metodologia de los programas de investigación científica*, p. 16.

5 MOREIRA, M. A.; MASSONI, N. T.; *Epistemologias do século XX*, p. 22.

6 LAKATOS I., *Metodologia de los programas de investigación científica*, p. 66.

até que o núcleo firme venha a ser abandonado em algumas circunstâncias, mas essa não é a regra. Na verdade, a heurística positiva procura a verificação das teorias e não a refutação, mantendo a marcha do programa de investigação.

Segundo Lakatos, pode-se notar que a heurística positiva e a heurística negativa fornecem uma definição primária e implícita do quadro conceitual em que a ciência se alicerça. Nesse sentido, o autor afirma que:

O reconhecimento de que a história da ciência é a história dos programas de investigação, em vez da história das teorias, pode, portanto, ser visto como uma defesa parcial do ponto de vista segundo o qual a história da ciência é a história de marcos conceituais ou das linguagens científicas.⁷

Para elucidar o que queremos apresentar, usaremos como exemplo de uso do método heurístico de pesquisa a concepção instrumentalista da filosofia da ciência. Para essa concepção, as teorias são primeiramente instrumentos lógicos para organizar a experiência e para ordenar as leis experimentais. As teorias não são enunciados, elas pertencem a uma categoria distinta de expressões linguísticas. As teorias funcionam como regras ou princípios de acordo com os quais se analisa o material empírico, se extraem inferências e certos materiais da experiência podem ser representados simbolicamente, isto é, conceituados. Como bem pontua Nagel:

A afirmação central da concepção instrumentalista é que uma teoria não é uma descrição sumária ou uma enunciação generalizada das relações entre os dados observáveis. Pelo contrário, sustenta que uma teoria tem uma regra ou princípio de análise para representar simbolicamente certos materiais da experiência crua e ao mesmo tempo um instrumento técnico para inferir relatos de observação a partir de outros relatos de observação.⁸

Como regras de inferência, a teoria permite tirar conclusões acerca de fatos observáveis a partir de premissas fáticas dadas, não sendo ela mesma conjunto de premissas a partir das quais se obtém conclusões. Portanto, para o instrumentalismo a função básica das teorias é heurística, ou seja, são esquemas conceituais criados deliberadamente para dirigir, de maneira efetiva, a investigação experimental e para pôr de manifesto conexões entre questões relativas à observação, que de outro modo ficariam desconexas. Nesse sentido, as teorias formuladas sobre a natureza “[...] são

7 LAKATOS I., *Metodologia de los programas de investigación científica*, p. 65.

8 NAGEL, E. *La estructura das ciencias*, p. 181.

ferramentas intelectuais, não físicas. Porém, os esquemas conceituais são criados deliberadamente para conduzir uma pesquisa efetivamente experimental e para revelar as ligações entre as questões observadas, que de outra forma seriam desconectados”⁹. Isso significa que as teorias, como outros instrumentos, tem uma referência fática, ou seja, uma referência aos fenômenos para cuja exploração foram criadas e nos quais têm um papel eficaz. Ou como bem afirma Blum, “se a teoria formula relações entre propriedade que manifestamente não caracterizam, ou não podem caracterizar coisas existentes, não tem sentido dizer que a teoria é verdadeira ou falsa”¹⁰.

É claro que existem várias outras vertentes de pesquisa que podem ser levadas em consideração, cada uma com um modo distinto de pensar o progresso científico, das quais o falsacionismo de Lakatos e o instrumentalismo são apenas dois desses modos pelos quais os seres humanos são capazes de se apropriar acerca do que eles entendem sobre o mundo. No entanto, não é intuito do nosso trabalho nos aprofundar acerca de todas essas concepções, posto que isso desviaria o foco de nossa investigação, retirando-nos de uma vertente e nos direcionando para outra que não é aquilo ao qual nos propomos como objetivo, ou seja, demonstrar que John Rawls se utiliza de um método heurístico para formular a argumentação de como eleger princípios de justiça e como escolher o princípio maximin, e que por isso sua teoria não pode ser chamada de metafísica. É preciso deixar isso claro para que o leitor não acredite que estamos fazendo uma pesquisa em filosofia da ciência. Muito menos estamos afirmando que John Rawls segue uma corrente científica. O que pretendemos demonstrar é que John Rawls, concebendo o modo como Kant criticou as correntes científicas e filosóficas de seu tempo, utiliza-se do modo de raciocínio kantiano para formular uma argumentação sólida que o permitisse fugir das armadilhas que o racionalismo e o empirismo sofreram ao longo da história da filosofia.

Segundo Blum, esse modo de raciocínio de tradição kantiana já foi utilizado por outro pensador. Estamos falando de Mach, para quem a concepção heurística sustenta que os fundamentos de toda ciência empírica são observações. Para Mach, “embora a ciência inicie com as observações, não são elas toda a fonte do

9 Ibid., p. 183.

10 BLUM, Vera L. *O estatuto das entidades metapsicológicas à luz da teoria kantiana das ideias*, pp. 04-05.

conhecimento. Para efetuar descobertas em seu domínio de estudos, o investigador introduz entidades hipotéticas e faz suposições acerca das relações entre as entidades”¹¹.

Essa vertente concebida por Mach se chama convencionalista. Para tal vertente, o uso de ideias especulativas é justificadamente permitido para se obter conhecimento acerca dos fenômenos, “todavia o cientista deveria deixar de oferecer uma interpretação metafísica ou realista das entidades hipotéticas e passar a tomá-las pelo que são: construções auxiliares, instrumentos provisórios e arbitrários que se situam logicamente no mesmo nível de modelos matemáticos de representação dos fatos”¹². De acordo com Blum, caso o pesquisador proceda assim, ele evitará a ilusão de considerar a relação entre construções do pensamento (especulações) e fatos observados como uma relação explicativo-causal:

Como existem similaridades entre as relações observadas entre os fatos e as relações definidas sobre os objetos do modelo, a sua construção seria heurísticamente útil para, a partir das relações definidas pelo pensamento, descobrir relações entre os fatos. Deixando de oferecer uma interpretação realista das entidades hipotéticas ou inobserváveis teóricos, estes seriam justificados pela sua eficácia heurística. Por conseguinte, nem a verdade, nem o conhecimento da verdade é uma condição necessária das hipóteses heurísticas, bem como nenhum compromisso com a realidade ontológica do modelo.¹³

A passagem acima é importante para a nossa pesquisa, pois sustentamos que o modo procedimental que John Rawls utiliza para a eleição dos princípios de justiça e para o princípio *maximin* está muito próximo do que Mach chama de convencionalismo, e que, por isso, a sua teoria da justiça como equidade não tem uma fundamentação metafísica, posto que o método heurístico não se funda numa concepção transcendente de justiça, mas em um método procedimental puro. Otfried Höffe define esse procedimentalismo rawlsiano da seguinte forma:

Na justiça procedimental pura os procedimentos oferecem mais do que uma legitimação apenas subsidiária, pois aqui a justiça é ínsita ao próprio procedimento, ao passo que não se pode falar de uma medida independente de procedimentos, quando se objetiva um resultado justo. Assim que se aplica um procedimento honesto, que trata de maneira igual todos os implicados, como no jogo de sorte o lance de dados ou o sorteio, ou, em votações, a contagem dos votos, assim os

11 Ibid., p. 46.

12 BLUM, Vera L. *O estatuto das entidades metapsicológicas à luz da teoria kantiana das ideias*, p. 46.

13 LOPARIC, Z. (1984). Apud, BLUM, Vera L. *O estatuto das entidades metapsicológicas à luz da teoria kantiana das ideias*, p. 46.

resultados são justos, não apenas subsidiariamente, mas até originalmente.¹⁴

Na teoria da justiça de John Rawls esse processo se dá na posição original, que, como o próprio filósofo define, é um recurso heurístico para que as questões de justiça sejam pensadas, tanto que “o apelo que Rawls faz à posição original significa ser ela um procedimento em que as partes são representadas como pessoas morais. Essa é uma postura abstrata, neutra e hipotética”¹⁵. Percebemos, desse modo, que existe uma proximidade ao modo com o qual Rawls pretende tratar as formulações dos argumentos que sustentam as eleições dos princípios de justiça em sua teoria com o *modus operandi* das concepções teóricas estruturalistas e convencionalistas levantadas anteriormente. Tendo entendido isso podemos passar para a origem desse modo procedimental.

2 – Heurística em Kant

Como já dissemos, o convencionalismo é uma concepção de ciência, dentre várias outras, que se opõe ao essencialismo fundado na filosofia do racionalismo clássico. Entre o racionalismo clássico e o convencionalismo de Mach, não podemos esquecer o grande clássico da epistemologia: Kant, patrono da ciência alemã do século XIX. Depois da crítica kantiana da razão, seria muito difícil para a ciência defender a posição dogmática, característica da concepção essencialista das teorias científicas, ou seja, a segurança de que a ciência pode descobrir verdades eternas à essência íntima da natureza. Para Blum:

Esta segurança tinha como condição necessária a interpretação ontológica das teorias físicas, como a essência objetiva das causas materiais dos fenômenos reais. A partir de Kant, a ciência tem um caráter hipotético onde o comprometimento ontológico cede lugar ou ao *ignorabimus* ou à recusa do conceito de essência.¹⁶

Examinando mais de perto o ponto de vista convencionalista, verificamos que, além de ser uma concepção sobre o progresso científico, é, também, uma crítica de origem kantiana da interpretação realista das entidades hipotéticas que o cientista

14 HÖFFE. O que é justiça?, p. 54.

15 GONDIM, E. RODRIGUES, O.M. Posição original: um recurso procedimental justo. *Prisma Jur*, p. 4.

16 BLUM, Vera L. *O estatuto das entidades metapsicológicas à luz da teoria kantiana das ideias*, pp. 07-08.

postula para o desenvolvimento empírico da ciência. Podemos dizer, portanto, que a concepção convencionalista de Mach e a instrumentalista concordam que as entidades hipotéticas devem ser tomadas pelo que são: “especulações, ficções heurísticas (Kant) ou experimentos em pensamento (Mach), justificados pela sua eficácia heurística. Por conseguinte, nem a verdade, nem o conhecimento da verdade é uma condição necessária das hipóteses heurísticas”¹⁷.

Nesse ponto de nosso trabalho nos apoiaremos nas contribuições trazidas por Loparic em seu texto *Heurística Kantiana* para nos fazer entender de forma clara e precisa sobre o objeto de nossa pesquisa. De acordo com Loparic, “existem dois cânones kantianos da pesquisa científica – o cânnon doutrinal para a solução de problemas acerca de entidades sensíveis e o cânnon heurístico para a resolução de problemas relativos a sistemas de tais entidades”¹⁸. Isso quer dizer que toda a filosofia transcendental teórica de Kant pode ser encarada em concordância com o que havíamos afirmado acerca de Mach e de seu programa de pesquisa científica para a ciência natural. Até porque a sua abordagem heurística da atividade científica bate claramente com a da ampliação do conhecimento objetivo. Como bem nos diz Loparic:

A classificação dos problemas e dos procedimentos de resolução, a distinção entre ciência como resultado e ciência *in status nascendi*, a distinção entre conceitos de fenômenos e construtos de pensamento, todos esses ingredientes centrais da lógica machiana de pesquisa podem ser facilmente remetidos a Kant.¹⁹

Tendo entendido isso, voltemos a Kant de forma mais direta. Para tanto, é preciso que entendamos a sua concepção da estrutura do sistema completo da filosofia pura. Na *Crítica da Razão Pura*, ao falar da disciplina da razão pura no uso dogmático, Kant afirma que a filosofia pura é concebida como a parte do saber puro que é adquirido a partir de conceitos pela razão no sentido mais amplo, ou seja, por aquilo que Kant chamou de faculdade de conhecer superior. A outra parte do saber puro, a parte matemática, é adquirida pela razão por meio da construção de conceitos. Afirma Kant que:

A matemática fornece o exemplo mais brilhante de uma razão pura que se estende com êxito por si mesma, sem o auxílio da experiência. Os exemplos são contagiosos, especialmente para esta faculdade, que

17 Ibid., pp. 06-07.

18 LOPARIC, Z. *Heurística kantiana*, pp. 73-89.

19 Ibid., pp. 73-89.

se sente naturalmente lisonjeada por ter noutros casos a mesma felicidade que teve num caso particular. Por isso, a razão pura espera poder alargar-se, no uso transcendental, com a mesma felicidade e solidez que conseguiu no uso matemático, sobretudo se aplicar aí o mesmo método, que neste caso foi de tão evidente utilidade.²⁰

Ainda segundo o filósofo, “só a matemática, portanto, contém demonstrações, porque não deriva de conceitos o seu conhecimento, mas da construção de conceitos, isto é, da intuição que pode ser dada a priori em correspondência aos conceitos”²¹. Desse modo, o autor conclui que o conhecimento filosófico deve renunciar a vantagem do uso indiscriminado da razão, devendo considerar sempre:

[...] o geral *in abstracto* (mediante conceitos), enquanto a matemática pode considerá-lo *in concreto* (na intuição singular), e, contudo, por meio de representação pura *a priori*, na qual todo o passo em falso se torna visível. Preferia dar às provas filosóficas o nome de acromáticas (discursivas), pois somente se podem realizar por simples palavras (pelo objeto em pensamento), a dar-lhes o nome de demonstração, porque estas, como já indica a expressão, penetram na intuição do objeto.²²

Ao produzirmos o saber puro, seja a partir de conceitos, seja por meio da construção de conceitos, fazemos um emprego puro da nossa razão. Em contrapartida, o saber empírico é produzido pelo emprego empírico da razão, ou seja, por sua aplicação ao domínio dos dados empíricos. Desse modo, Kant nos diz que entende “neste caso por razão a faculdade superior do conhecimento” e que se opõe, “por consequência, o racional ao empírico”²³. De acordo com Loparic, a conclusão a qual Kant chega é a de “[...] que as questões puras pertencem à matemática, à metafísica da natureza e à filosofia moral” e que “são concernidas pela seguinte caracterização do poder heurístico da razão”²⁴.

Numa passagem de *Crítica da Razão Pura* chamada “Da impossibilidade de uma prova cosmológica da existência de deus”, Kant chama a atenção para o fato de a razão nos impulsionar rumo ao incondicionado através do regresso infinito a partir dos condicionados, ou seja, a antinomia da razão sobre a existência de um ser incondicionado. Desse modo, ele traz a tona que esses princípios só podem ser tratados heurísticamente:

20 KANT, I. *Crítica da razão pura*, B741.

21 KANT, I. *Crítica da razão pura*, B763.

22 Ibid., B763.

23 Ibid., B863.

24 LOPARIC, Z. *Heurística kantiana*, pp. 73-89.

Neste sentido, bem podem os dois princípios coexistir lado a lado, como princípios simplesmente heurísticos e reguladores, dizendo respeito, apenas, ao interesse formal da razão. Porque um deles diz: deveis filosofar sobre a natureza como se houvesse para tudo o que pertence à existência um primeiro fundamento necessário, mas somente no intuito de conferir unidade sistemática ao vosso conhecimento, perseguindo uma tal ideia, ou seja, um fundamento supremo imaginário; enquanto o outro vos adverte que não deveis aceitar como fundamento supremo deste gênero, isto é, como absolutamente necessário, nenhuma determinação particular referente à existência das coisas, mas que deveis deixar sempre aberto o caminho para uma explicação ulterior e nunca considerar, por conseguinte, nenhuma determinação particular a não ser como condicionada. Mas se tudo o que é percebido nas coisas deve ser considerado por nós como condicionalmente necessário, também nenhuma coisa (que possa ser dada empiricamente) se poderá considerar absolutamente necessária.²⁵

Esse dilema é levado adiante por Kant quando ele trata da dialética transcendental e do uso regulativo das ideias da razão pura. Nesta passagem, Kant afirma que o resultado de todas as tentativas dialéticas da razão pura pretendem nos levar para além do campo da experiência possível. O que acaba por ser um processo ilusório e destituído de fundamento, além de nos esclarecer que a razão humana tem um pendor natural para transpor essa fronteira da experiência possível, e que as ideias transcendentais são para a razão tão naturais como as categorias para o entendimento, “embora com a diferença de as últimas levarem à verdade, isto é, à concordância dos nossos conceitos com o objeto, enquanto as primeiras produzem uma simples aparência, embora inevitável, cujo engano mal se pode afastar pela crítica mais penetrante”²⁶.

O que Kant quer tratar aqui ao se referir às categorias do entendimento e de sua concordância entre conceitos e objetos é que “a razão nunca se reporta diretamente a um objeto, mas simplesmente ao entendimento e, por intermédio deste, ao seu próprio uso empírico; não cria, pois, conceitos (de objetos), apenas os ordena”²⁷. Isso significa que a razão não se ocupa de objetos da natureza, mas que tem “[...] propriamente por objeto, apenas o entendimento e o seu emprego conforme a um fim e, tal como o entendimento reúne por conceitos o que há de diverso no objeto, assim também a razão, por sua vez, reúne por intermédio das ideias o diverso dos conceitos”²⁸. Desse modo a

25 KANT, I. *Crítica da razão pura*, B 644-645.

26 *Ibid.*, B 671.

27 *Ibid.*, B 672.

28 *Ibid.*, B 672.

razão produz uma unidade coletiva, como fim, aos atos do entendimento, o qual, por seu turno, deve apenas se ocupar da unidade distributiva.

Para Kant, se considerarmos os conhecimentos do nosso entendimento, veremos que a razão procura realizar uma sistemática do conhecimento, isto é, o seu encadeamento a partir de um princípio. Esse encadeamento de princípios de forma unificada “pressupõe sempre uma ideia, a da forma de um todo do conhecimento que precede o conhecimento determinado das partes e contém as condições para determinar a priori o lugar de cada parte e sua relação com as outras”²⁹.

É dessa forma que o conhecimento científico se comporta a fim de produzir a apropriação do conhecimento dos objetos do mundo fenomênico. Esse modo de proceder, segundo Kant, “não é apenas um agregado acidental, mas um sistema encadeado segundo leis necessárias”³⁰. No entanto, “não se pode propriamente dizer que esta ideia seja o conceito de um objeto, mas sim o da unidade completa destes conceitos, na medida em que esta unidade serve de regra ao entendimento”³¹. Com isso Kant que dizer que esses “conceitos da razão não são extraídos da natureza; antes interrogamos a natureza segundo essas ideias e consideramos defeituoso o nosso conhecimento enquanto lhes não for adequado”³². E conclui o filósofo:

Confessa-se que dificilmente se encontra terra pura, água pura, ar puro, etc. Contudo são necessários conceitos dessas coisas (os quais, portanto, no que se refere à pureza perfeita, têm a sua origem apenas na razão) para determinar devidamente a parte que cada uma destas causas naturais tem no fenômeno; assim se reduzem todas as matérias às terras (de certa maneira ao simples peso), aos sais e substâncias combustíveis (como à força) e, por último, à água e ao ar como a veículos (como as máquinas, mediante as quais atuam os elementos precedentes) para explicar pela ideia de um mecanismo as reações químicas das matérias entre si. Porque, embora não nos expressemos realmente assim, é muito fácil descobrir essa influência da razão sobre as classificações dos físicos.³³

Nessa passagem nos é revelada a forma que Kant concebe o modo *operandi* do pensamento científico. O que é digno de nota, é que muito embora estes princípios pareçam ser transcendentais, eles contêm as ideias para a observância do uso empírico da razão. No entanto, o uso de tais ideias só permite uma aproximação, sem nunca

29 Ibid., B 674

30 KANT, I. *Crítica da razão pura*, B 674

31 Ibid., B 674

32 Ibid., B 674

33 Ibid., B 674.

atingir a realidade dos fatos, pois, embora possuam, como princípios sintéticos a priori, validade objetiva, estas ideias, uma vez dadas às contingências do mundo, são indeterminadas. Dessa forma, estes princípios “servem de regra para a experiência possível, sendo mesmo realmente utilizados com êxito como princípios heurísticos na elaboração da experiência, sem que todavia se possa levar a cabo uma dedução transcendental”³⁴, posto que esta é sempre impossível, de acordo com a crítica oferecida pelo filósofo.

Por tudo dito acima, percebemos que Kant tem um posicionamento bem definido quanto ao modo das ciências produzirem conhecimento. Uma vez que para o filósofo é impossível se chegar ao conhecimento da coisa em si, nós só podemos fazer ideia do que seja tal coisa, e essas categorias do entendimento é que são responsáveis para dar sentido ao mundo fenomênico. Como bem coloca Kant, “deste modo, a ideia é, em verdade, somente um conceito heurístico e não um conceito ostensivo e indica, não como é constituído um objeto, mas como, sob a sua orientação, devemos procurar a constituição e ligação dos objetos da experiência em geral”³⁵.

O que Kant quer dizer com isso é que os conceitos da nossa razão são meras ideias e que, por conta disso, não possuem nenhum objeto da experiência, mas que nem por isso se designa como existente aquilo que é imaginado por nossa razão. O que esses conceitos fazem é garantir um modo seguro com o qual podemos apreender o mundo, e tal processo se dá através da construção de ficções heurísticas, como demonstrado a seguir:

Os conceitos da razão, como já foi dito, são meras ideias e não têm, evidentemente, objeto algum em qualquer experiência, mas não designam por isso objetos imaginados e ao mesmo tempo admitidos como possíveis. São pensados de modo meramente problemático, para fundar em relação a eles (como ficções heurísticas) princípios reguladores do uso sistemático do entendimento no campo da experiência. Se sairmos deste campo, são meros seres da razão, cuja possibilidade não é demonstrável e que não podem também, por hipótese, serem postos como fundamento da explicação de fenômenos reais.³⁶

É isso que leva Loparic a afirmar que existem duas metafísicas em Kant, na qual o resultado da aplicação dos princípios a priori da filosofia transcendental, no campo da natureza material, são os princípios metafísicos da física racional (os da

34 Ibid., B. 691

35 KANT, I. *Crítica da razão pura*, B. 699

36 Ibid., B. 799

foronomia, mecânica, dinâmica e fenomenologia): “a função básica desses princípios é heurística: eles são usados como guias da pesquisa empírica no domínio de objetos materiais sensíveis, ou seja, como princípio a priori da atividade de resolução de problemas, desenvolvida pela ciência empírica”³⁷. Nesse sentido, o ilustre professor conclui que:

O objetivo principal da metafísica da natureza não é o de simplesmente expor a estrutura a priori da natureza, mas o de permitir a elaboração de regras de resolução dos problemas empíricos da ciência da natureza à luz de enunciados que caracterizam a estrutura desse objeto de estudo. Em Kant, a metafísica tradicional chega ao seu fim não somente como teoria dogmática, mas como teoria, como saber racional do que as coisas são, sendo substituída por uma metafísica da natureza que diz como é preciso pensar que as coisas são, a fim de que os problemas de sua determinação empírica possam ser solucionados.³⁸

Um outro filósofo que leva adiante essa concepção de ficção heurística presente na teoria de Kant é o filósofo alemão Hans Vaihinger em seu texto *The Philosophy of 'As if': A System of the Theoretical, Practical and Religious Fictions of Mankind* de 1911, e que foi traduzida pela primeira vez, em língua inglesa, no ano de 1924. Nessa obra o filósofo, assumidamente inspirado por Kant, desenvolve uma teoria sobre ficções heurísticas que abrangem uma gama de áreas do conhecimento humano, como artes, filosofia, ciência, etc.

Nesse trabalho, Hans Vaihinger procurou desenvolver um sistema de ficções que chamava de “As if” que, conforme afirma, é utilizado em vários campos da ciência. Ou filosofia do “Como se”, segundo a qual, a mente possui problemas na busca e interpretação da verdade e, às vezes, a solução não parece possível. “Vaihinger procurou um mecanismo para solucionar isto, por considerar também que em certos momentos não há qualquer perspectiva de resolver o problema da busca da verdade ou mesmo se importar sobre a existência ou não de Uma Verdade, e sim na solução da problemática colocada”³⁹.

Para Vaihinger o pensamento pode funcionar a partir da utilização de ficções ou ideias que, aparentemente, são tidas como falsas. Assim como na perspectiva de Kant, Vaihinger acredita que assim como os exemplos das ideias de Deus,

37 LOPARIC. Z, As duas metafísicas de Kant. Kant e-prints, p. 05.

38 LOPARIC. Z, As duas metafísicas de Kant. Kant e-prints, p. 06.

39 SILVA. F. de A. *O Conceito de Ficção Jurídica na Teoria do “Como Se”*, p.15.

Imortalidade, e Contrato Social, os exemplos tomados, na sua época pelos cientistas, eram pouco sensíveis como verdade, a saber, prótons, elétrons e ondas eletromagnéticas, que eram fenômenos nunca antes comprovados, mas a ciência os tomava, fingindo que eles existissem, utilizando-os como hipóteses para criação de novos e melhores conceitos e para o desenvolvimento da ciência. Isso fez com que ele afirmasse que “[...] deve ser lembrado que o objetivo do mundo das ideias como um todo, não é nos dar um retrato da realidade, porque isso seria uma tarefa totalmente impossível, mas preferencialmente para nos fornecer um instrumento para tornar nosso caminho mais fácil nesse mundo”⁴⁰.

Seguramente o propósito de Vaihinger, era o de retornar à teoria de Kant munido de provas acerca do “Como se”, reiterando, como sempre, a hegemonia do prático sobre o ideal, criando finalmente uma solução que vai chamar de Ficções, gravadas linguisticamente na expressão “As if” “Als ob”, ou na filosofia do “Como se”, tudo isso para afirmar, mais tarde, que o pensamento é o meio na luta pela existência e, nesse sentido, uma mera função biológica.

Como forma de valorizar a compreensão que ele tem da obra de Kant, Hans Vaihinger procurou enfatizar que a forma mais importante de utilização das ficções da questão linguística do “Como se”, vêm da Crítica da Razão Pura. E mesmo entendendo a importância de outros filósofos como Parmênides e Platão, ainda assim o Alemão relega a Kant as maiores honrarias no que se refere a fundamentação da teoria do “Como se”, afirmando que “[...] tinha anotado as mais importantes passagens do “Como se” nas obras de Kant, e agora completei isso de forma exaustiva, de modo que eu consegui produzir uma monografia sobre a teoria de "Kant" com quase cem páginas”⁴¹.

Ele destaca que, nas obras de Kant, pode-se encontrar uma teoria das ficções mesmo que seja de forma interpretativa, pois espaço e tempo seriam representações auxiliares para sistematizar aquilo que nos é trazido pelos sentidos, por exemplo, de modo que tudo o que captamos ocorre pelos sentidos. Este é um ponto de concordância entre “Vaihinger e Kant, sendo que o primeiro considera que as representações podem ser consideradas ficções por serem subjetivas e não verdadeiras, embora sejam necessárias para compreendermos aquilo que precisamos”⁴².

40 VAIHINGER, H. *The Philosophy of 'As if': A System of the Theoretical, Practical and Religious Fictions of Mankind*, p.15.

41 VAIHINGER, H. *The Philosophy of 'As if': A System of the Theoretical, Practical and Religious Fictions of Mankind*, xl.

42 SILVA, F. de A. *O Conceito de Ficção Jurídica na Teoria do “Como Se”*, p.67.

Portanto, de acordo com Vaihinger, a melhor forma de compreender as ficções em Kant seria partindo da disciplina da razão pura em referência às hipóteses. Kant teria chamado conceitos racionais de meras ideias, ficções heurísticas, lembrando que hipóteses são ligadas àquilo que é realmente dado e que, em consequência, é certo enquanto fundamento de explicação. Portanto, “a ficção também pode encontrar algum emprego na filosofia, mas aqui, se qualquer precaução for necessária. Nunca pode servir como uma explicação de nada, mas apenas como um meio de simplificar o pensamento e para fins de ética prática”⁴³.

Para Vaihinger uma hipótese estaria no caminho certo quando entre dois dados empíricos há uma lacuna que nos permite preenchê-la com alguma que faça uma espécie de conexão, que é o que fazemos com a ciência. Sendo assim, as ficções heurísticas são distinguidas fortemente de hipótese dada à ligação desta com a realidade. A Alma e Deus seriam conceitos racionais, ou meras ideias desprovidas de objeto. Portanto, a razão se apega a princípios reguladores para que a funcione de forma sistemática no campo da experiência e esses princípios reguladores seriam, pois, ficções heurísticas.

Depois de termos demonstrado como Lakatos, Mach, Kant e Vaihinger se referem ao uso desse recurso heurístico em suas filosofias, podemos agora nos debruçar sobre o modo pelo qual John Rawls se utiliza desse recurso para fortalecer a argumentação filosófica. A partir disso, podemos defender que este recurso heurístico tem como finalidade a sustentação de que sua filosofia tem um cunho político e não metafísico. Para tanto, vamos nos ater a um ponto específico da teoria de Rawls, a saber, a posição original.

3 – Heurística em Rawls

Como já mencionamos anteriormente, objetivamos aqui apontar que a posição original é um recurso heurístico para que as questões de justiça sejam pensadas. O apelo que Rawls faz à posição original significa ser ela um procedimento em que as partes são representadas como pessoas morais. Essa é uma postura abstrata, neutra e hipotética. Sobre o procedimentalismo de tal artifício, Rawls afirma que:

43 VAIHINGER, H. *The Philosophy of 'As if': A System of the Theoretical, Practical and Religious Fictions of Mankind*, p 150. (tradução nossa)

Na procura da descrição mais adequada dessa situação inicial trabalhamos a partir dos dois extremos. Começamos por descrevê-la de modo que represente condições geralmente partilhadas e preferivelmente genéricas. Observamos então se essas condições têm força suficiente para produzir um conjunto significativo de princípios. Em caso negativo, procuramos outras premissas igualmente razoáveis. Mas em caso afirmativo, e se esses princípios correspondem às nossas ponderadas convicções sobre a justiça, então até este ponto tudo está correto.⁴⁴

Percebemos, claramente, dadas as características que Rawls descreve acima, que a posição original se comporta de forma heurística visando o descobrimento de uma “verdade” que possa ser comumente aceitável por todos. Como já falamos no início desse texto, o método heurístico serve para resolver problemas e obter uma solução satisfatória, muito embora englobe estratégias, procedimentos, métodos de aproximação tentativa/erro, sempre na procura da melhor forma de se chegar a um determinado fim, como percebemos na passagem acima. Outro momento importante do uso heurístico da posição original diz respeito às escolhas dos princípios de justiça. As partes que escolhem os princípios de justiça são indivíduos racionais, razoáveis e singulares, ou seja, pessoas com sentimentos familiares.

Na posição original são escolhidas as formas pelas quais as instituições sociais se articulam e como garantem direitos e deveres essenciais. A posição original molda a divisão dos benefícios da cooperação social. Quanto às partes, na posição original, cabe a escolha dos princípios de justiça, que serão genéricos na forma, de aplicação universalizável e publicamente reconhecidos. Mas como se dá esse processo de escolha? Conforme Rawls, se dá pelo que ele chamou de véu de ignorância, que tem como objetivo:

[...] anular os efeitos das contingências específicas que colocam os homens em posição de disputa, tentando-os a explorar as circunstâncias naturais e sociais em seu próprio benefício. Com esse propósito, assumo que as partes se situam atrás de um véu de ignorância. Eles não sabem como as várias alternativas afetarão o seu caso particular, e são obrigados a avaliar os princípios unicamente com base nas considerações gerais.⁴⁵

Desse modo, na posição original, através do véu de ignorância, as partes nada sabem sobre os desejos que terão, ou seja, elas escolherão uma estrutura básica

44 RAWLS. *Uma teoria da justiça*. 2000, p. 22.

45 RAWLS. *Uma teoria da justiça*. 2000, p. 147.

baseada em desejos de bens primários que são certos direitos, liberdades, oportunidades, poderes, rendimentos, riqueza e o autorrespeito. “As partes, então, perseguem esses objetivos como algo que querem para si e para os outros, para isto elas seguem as regras habituais de racionalidade, ou seja, um conjunto de preferências no meio das opções que são oferecidas”⁴⁶. Para que isto ocorra é necessário que nenhuma parte se deixe influenciar por fatores heterônomos no momento da escolha dos princípios de justiça.

Rawls considera que o uso da posição original como recurso heurístico é o suficiente para formular e fundamentar os dois princípios de justiça de sua teoria da justiça como equidade. Em sua obra *Justiça como equidade: Uma reformulação*, Rawls concebe esses princípios do seguinte modo:

- (a) cada pessoa tem o mesmo direito irrevogável a um esquema plenamente adequado de liberdades básicas iguais que seja compatível com o mesmo esquema de liberdades para todos; e
- (b) as desigualdades sociais e econômicas devem satisfazer duas condições: primeiro, devem estar vinculadas a cargos e posições acessíveis a todos em condições de igualdade equitativa de oportunidades; e, em segundo lugar, têm de beneficiar ao máximo os membros menos favorecidos da sociedade (o princípio de diferença).⁴⁷

O primeiro princípio ficou conhecido como princípio da liberdade e o segundo como princípio da diferença. Nessa obra, John Rawls observa que em vez de “princípio da diferença”, muitos escritores preferem o termo “princípio maximin” ou simplesmente “justiça maximin”. No entanto Rawls emprega o termo “princípio da diferença” para enfatizar:

[...] primeiro, que esse princípio e a regra maximin de decisão em condições de incerteza são duas coisas bem distintas; e, em segundo lugar, que ao preferir o princípio de diferença a outros princípios distributivos (por exemplo, um princípio restrito de utilidade (média), que inclua um mínimo social), não se lança mão da regra maximin para decisão em condições de incerteza.⁴⁸

Desse modo, como bem explicita Rawls, não devemos confundir o princípio da diferença com a regra ou princípio maximin. Conforme Samuel Freeman⁴⁹, ao dizer que embora seja verdade que Rawls define os menos favorecidos principalmente em

46 GONDIM, E. RODRIGUES, O.M. Posição original: um recurso procedimental justo. *Prisma Jur.* 2010, p. 4.

47 RAWLS. *Justiça como equidade: Uma reformulação*, p. 60.

48 *Ibid.*, p. 60.

49 FREEMAN, S. *Rawls*, p. 113. (tradução nossa).

termos da classe com menor renda e riqueza, a regra maximin é principalmente um dispositivo heurístico para facilitar a aplicação do princípio da diferença. O ponto é que o bem-estar relativo dos menos favorecidos é determinado por um índice de bens primários, incluindo não apenas sua parcela de renda e riqueza, mas também suas oportunidades de poderes, cargos de empregos, direitos e liberdades não-básicas, além das bases institucionais da auto-estima. Essa regra é, portanto, mais um recurso heurístico utilizado por Rawls para justificar e fortalecer os fundamentos dos princípios de justiça escolhidos pelas partes na posição inicial. Assim Rawls a apresenta:

Primeiro, uma definição da regra maximin: segundo ela, devemos identificar o pior resultado de cada alternativa disponível e então adotar a alternativa cujo pior resultado é melhor do que os piores resultados de todas as outras alternativas. Para seguir essa regra, ao escolher princípios de justiça para a estrutura básica procuramos as piores posições sociais admissíveis quando essa estrutura é efetivamente regulada por aqueles princípios em várias circunstâncias.⁵⁰

Rawls esclarece que a regra maximin nunca foi proposta como princípio geral de decisão racional em todos os casos de risco e incerteza, como se é levado a pensar. Para o filósofo “a única questão é saber se, dadas as condições extremamente especiais, na verdade, únicas, da posição original, a regra maximin é uma regra heurística útil a ser utilizada pelas partes para organizar suas deliberações”⁵¹. Por fim, Rawls afirma que:

[...] não é essencial que as partes utilizem a regra maximin na posição original. Trata-se simplesmente de um procedimento heurístico útil. Pois o enfoque nos piores resultados têm a vantagem de nos forçar a considerar quais são realmente nossos interesses fundamentais quando se trata da configuração da estrutura básica. [...] Parte da questão da posição original é que ela nos força a fazer essa pergunta e, além disso, a fazê-la numa situação muito especial, o que lhe dá um sentido bem definido.⁵²

De acordo com Samuel Scheffler⁵³ os argumentos utilizados por Rawls se destinam a ajudar a mostrar que a escolha das partes tem características que tornam racional a dependência da regra maximin. Em outras palavras, Rawls apela para a

50 RAWLS. *Justiça como equidade: Uma reformulação*, p. 137.

51 *Ibid.*, p. 137.

52 *Ibid.*, p. 140.

53 SCHEFFLER, S. Rawls and Utilitarianism. *The Cambridge Companion to Rawls*, pp. 434-435. (Tradução nossa)

estabilidade psicológica, pois o nosso respeito próprio e as tensões de nossos compromissos são todos destinados a contribuições para um acordo geral, demonstrando que os princípios do filósofo proporcionariam um mínimo satisfatório, ao passo que outros princípios, como o da utilidade média, por exemplo, podem ter consequências com as quais as partes teriam dificuldades em viver.

5 – Considerações Finais

No presente trabalho foi possível traçarmos uma escalada conceitual que vai desde os modos pelos quais se concebe o conhecimento até ao modo como John Rawls concebe quais seriam os princípios justos de justiça. Princípios tais que seriam aceitos por todos os membros de uma sociedade entendida como um sistema de cooperação mútua onde os indivíduos se consideram livres e iguais para assumirem compromissos, dada a racionalidade e a razoabilidade de cada um.

Desse modo, percorrendo um caminho através do pensamento de grandes nomes teóricos, tais como Lakatos, Mach e Kant, demonstramos o quanto o modo de conceber o conhecimento proposto por Kant ainda faz eco no mundo de hoje. Desse modo, pretendeu-se encontrar mais uma justificativa para o modo pelo qual a teoria da justiça como equidade de John Rawls deve ser entendida enquanto uma teoria política e não uma teoria metafísica. Diferentemente do que muitos acreditam, John Rawls não está preocupado em encontrar conceitos transcendentais do que venha a ser a Justiça, a Igualdade e a Liberdade. Isso são tarefas de uma metafísica a muito enterrada por Kant.

Rawls está mais interessado em partir daquilo que cada indivíduo tem como pressuposto, pois sua concepção de liberdade depende da visão política da pessoa, estando implícito: (i) as ideias de sociedade bem ordenada como um sistema justo de cooperação; (ii) a ideia de cidadãos livres e iguais que podem chegar a um acordo pelo consenso sobreposto. Nesta perspectiva, a concepção política de pessoa tem como características as faculdades morais: a capacidade de ter um sentido da justiça e a capacidade de ter uma concepção de bem.

A capacidade de ter um senso de justiça é relativa à razoabilidade das pessoas, enquanto que a capacidade de ter uma concepção do bem se refere à racionalidade. Por este motivo, as pessoas escolhem, na posição original, os princípios de justiça como os mais razoáveis e racionais, onde as partes são agentes racionais da construção. Enfim, pessoas artificiais que são idealizadas, como um recurso de

representação como procedimento metodológico, para caracterizar a situação das partes na posição original.

Através de construções heurísticas, portanto, John Rawls consegue lançar luz sobre questões obscuras, como a liberdade, a igualdade de oportunidade, a redistribuição de renda, ou seja, direitos humanos fundamentais, dando uma nova justificativa para a manutenção desses direitos. O que prova que o uso de recursos heurísticos, embora não tenham um aspecto palpável, são instrumentos úteis e eficazes para o entendimento humano das coisas físicas (fenomênicas), bem como das sociais (políticas).

6 – Referências

BLUM, Vera L. *O estatuto das entidades metapsicológicas à luz da teoria kantiana das ideias*. Dissertação de Mestrado. Unicamp. 1994.

FREEMAN, S. *Rawls*. New York: Routledge, 2007

GONDIM, E. RODRIGUES, O.M. Posição original: um recurso procedimental justo. In: *Prisma Jur*, São Paulo 9.2 (2010): 4.

HÖFFE, Otfried. *O que é justiça?*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

KANT, I. *Crítica da razão pura*. Trad: Manuela Pinto dos Santos & Alexandre Fradique Morujão. 5ª ed. Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa: 2001.

LAKATOS I., *Metodologia de los programas de investigación científica*. Madrid: Alianza Editorial, S.A, 1993.

LOPARIC, Z. Heurística kantiana. In: *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, nº 5, 1983, pp. 73-89.

_____. Resolução de problemas e estrutura de teorias em Mach. *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*. 1984

_____. As duas metafísicas de Kant. In: *Kant e-prints*, v. 2, n. 5, p. 1-10, 2003.

MOREIRA, M. A.; MASSONI, N. T.; *Epistemologias do século XX*. Epu, São Paulo, 2011.

NAGEL, E. *La estructura das ciencias*. Buenos Aires: Paidós Ibérica, 2006.

RAWLS. *Uma teoria da justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. *Justiça como equidade: Uma reformulação*. Martins Fontes: São Paulo. 2003.

SCHEFFLER, S. Rawls and Utilitarianism. In: *The Cambridge Companion to Rawls*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

SILVA, F. DE A. E. *O Conceito de Ficção Jurídica na Teoria do “Como Se” de Hans Vaihinger*. 2011. Dissertação de Mestrado em Filosofia, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Faculdade de São Bento de Filosofia, São Paulo, 2011.

VAIHINGER H. *The Philosophy of “As If,”: A System of the Theoretical, Practical and Religious Fictions of Mankind*. 2 ed. London: Kegan Paul, Trench, Trubner & Co., Ltd. 1935.